



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Proposta de Lei n.º 109/XV/2.ª

Aprova o Orçamento do Estado para 2024

Proposta de Aditamento

TÍTULO I

Disposições gerais

Capítulo IX

Outras disposições

Artigo 121.º-A

Valor máximo para a atualização das portagens nas pontes e autoestradas
concessionadas

- 1- O valor máximo para a atualização das portagens na Ponte 25 de Abril, na Ponte Vasco da Gama e nas autoestradas concessionadas corresponde ao valor da atualização definida para o ano de 2022.
- 2- Em 2024 são resgatadas todas as concessões e subconcessões rodoviárias ainda em vigor.
- 3- Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade gestora da Ponte 25 de Abril, da Ponte Vasco da Gama e das autoestradas é a Infraestruturas de Portugal, S. A..

Assembleia da República, 13 de novembro de 2023

Os Deputados,

Duarte Alves, Bruno Dias, Paula Santos, Alma Rivera, Alfredo Maia, João Dias

Nota Justificativa:

Se nada for feito, o início do próximo ano será marcado por novos aumentos nas portagens das concessões e subconcessões rodoviárias, designadamente na Ponte 25 de Abril, na Ponte Vasco da Gama e nas Autoestradas. Aumento dos preços nas

autoestradas que se somam ao aumento de outros custos como os que a proposta de OE prevê para o IUC e que irá impactar sobre os já baixos e corroídos salários e pensões do povo português e da esmagadora maioria das micro, pequenas e médias empresas que utilizam estas vias portajadas diariamente.

Tudo isto é particularmente escandaloso quando se continuam a registar tranferências de mais de 1200 milhões de euros do Orçamento do Estado para as concessionárias privadas, que se somam a outros milhares de milhões de euros que foram transferidos ao longo dos anos a os valores pagos por cidadãos e empresas que pagaram portagens.

Se a ideia de voltar a subir significativamente os preços das portagens é completamente inaceitável nas actuais circunstâncias, não o é menos que o Governo admita prolongar os contratos de concessão «em troca» de menores aumentos ou de outras manobras de cedência aos interesses privados.

Assim, o PCP propõe um tecto máximo para a atualização dos valores das portagens correspondente ao valor de atualização no ano de 2022, bem como o resgate destas PPP, pondo fim à sangria de recursos públicos que estas têm representado.